

## DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS DO PERÍODO DITATORIAL AO PAC: A EXCLUSÃO NA DISPUTA PELA CIDADE

NINO RAFAEL MEDEIROS KRUGER<sup>1</sup>; ALINE CUNHA DA FONSECA<sup>2</sup>;  
CRISTINE JAQUES RIBEIRO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Católica de Pelotas – [contatorafaelkruger@hotmail.com](mailto:contatorafaelkruger@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [fcunha.aline@gmail.com](mailto:fcunha.aline@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Católica de Pelotas – [cristinejrib@gmail.com](mailto:cristinejrib@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A criação de um bairro/condomínio distante dos grandes centros urbanos tem uma infinidade de utilidades para o sistema capitalista, pode-se destacar a questão fundiária urbana de super valorização das regiões centrais, onde a mesma estabelece processos de exclusão, empurrando os trabalhadores para às áreas mais afastadas, que gera lucro na venda dos terrenos, multiplicar o capital financeiro das construtoras, estimula a especulação imobiliária e alimenta as instituições financiadoras, como no caso do Banco Nacional da Habitação (BNH) que foi o segundo maior banco do país nas décadas de 1970, e 1980 (SILVA, 1989, p. 53). Cria ainda a oportunidade de remoção das camadas mais empobrecidas dos centros através de procesos denominados higienizantes, abrindo a possibilidade de desenvolvimento ao redor destas construções as periferias das periferias, estratificando as relações sociais e alienando o trabalhador quanto aos processos aos quais todos estão submetidos. Sendo que tais regiões distantes, demandarão a médio, longo prazo de uma rede de serviços que mais uma vez obedecerão a mesma lógica.

Partindo da análise de textos de autores como Espósito que destaca “as contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista estão impressas na estrutura e na paisagem urbana. A opção do Estado parece clara...” (SPOSITO, 1988, p. 75). E ainda, Maria Ozanira Silva (1989), que ao discorrer sobre a política habitacional brasileira pós 1964 apresenta a intrínseca relação desta com a busca de legitimidade do governo que acabara de se instaurar no país através do golpe civil militar. Relacionar-se-á os modos de apropriação da política de habitação do período ditatorial ao proceso desenvuelto após 2007 com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no país.

### 2. METODOLOGIA

Através de estudos relacionais das políticas desenvolve-se este estudo. Utilizando metodologia qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica, para produção, coleta, e análise dos dados. Desenvolvendo o trabalho, pela possibilidade de análise do contexto, como pesquisador se colocando em condições de compreender as particularidades da forma de organização das políticas e a produção da mistificação por parte do Estado capitalista.

Trazendo ainda como contribuição as reflexões fruto da participação nas atividades da Pré Conferência das Cidades pela possibilidade de aproximação da realidade local e compreensão de forma aprofundada de seu desdobramento no

cotidiano dos usuários das políticas de habitação, possibilitando assim a aproximação da gênese de tal debate.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao trabalhar a relação da política com a intenção do Estado em justificar suas “boas intenções” para com a sociedade, maquiando seu real objetivo Silva aponta:

Além da busca de legitimação do novo regime, a política habitacional em formulação se propunha, também, a criar um clima de “estabilidade social” e de “ordem” necessário ao avanço do capitalismo internacional no país. Essa função é ilustrada pelas seguintes palavras de Roberto Campos, um dos idealizadores da política habitacional: “A solução do problema para a casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem” (SILVA, 1989, p. 49).

A ideologia burguesa de comprometimento da classe trabalhadora com a propriedade privada descrita no texto escancara o comprometimento do Estado com a dominação e manutenção econômica, e ainda, simbólica deste sistema, através do acentuamento das remoções, e desmobilização dos trabalhadores que se organizavam em espaços considerados focos de resistência ao regime.

A favela tratada enquanto déficit de moradia escondeu a alienação urbanística e a exploração da força de trabalho.

Compreende-se assim que não é de forma desordenada que as políticas são desenvolvidas e os investimentos feitos, ao contrario do que poderia pensar alguém desavisado ao se deparar com tais construções, bairros/condomínios em localidades sem infra-estrutura. Ou ao chegar em uma grande cidade descobrir que mais da metade dos habitantes não tem serviço de esgoto, coleta de lixo, onde mais de 30% das moradias são irregulares, ou tão pouco ao encontrar-se diante de um conjunto de obras de saneamento que não beneficia aqueles que são impactados diretamente pela ausência do mesmo.

Um Estado subjugado pela classe dominante planeja seus investimentos para que esta aumente sua acumulação, sendo a exclusão uma de suas principais estratégias.

Ameaças de remoção por parte do poder público, culpabilização da população por sua situação de precariedade e invisibilidade, resistência tratada enquanto não cooperação com o desenvolvimento social e econômico do município, sendo rebeldia, como destaca Avila (2014).

Todos estes fatores inserem-se em um processo de disputa, que tem se desenvolvido através da elaboração e execução das políticas públicas por parte do Estado capitalista, que perpetuam a ordem societária vigente, reafirmando processos de acumulação e exclusão.

Da mesma forma como apresenta Silva as políticas adotadas durante o regime militar, no PAC, as mesmas foram enunciadas enquanto um programa de crescimento e solução para problemas estruturais históricos, mas não foram além da propaganda pela manutenção do poder e financiamento público ao setor privado.

#### 4. CONCLUSÕES

O discurso enunciado pelo Estado na última década e aguardado pelos movimentos sociais, muitos dos quais construíram sua base política mostrou-se infrutífero. As medidas institucionais previstas no Programa de Aceleração do Crescimento foram “uma série de medidas de caráter econômico visando a manutenção da estabilidade econômica e o cumprimento de acordos internacionais” (RODRIGUES E SALVADOR, 2011, p.131), desta forma tornando possível a observância da atualização não somente dos discursos mas ainda da manutenção de práticas políticas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, J. **Questão socioambiental: Manifestações no entorno da sanga das Três Vendas**. 2014. 69 paginas. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Católica, Pelotas.

RODRIGUES, T. A; SALVADOR, E. **As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais**. Brasília: SER Social, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan/jun. 2011.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009

\_\_\_\_\_. **A Urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pobresa Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3 ed. RJ: Lamparina, 2007.

SCHONS, Selma Maria. **Assistente Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo. Cortez, 1999.

SILVA, M. O. S. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

URBANA, Reforma. **Produção: Instituto Democracia e Sustentabilidade**. resumo do evento. 53 min. Som, Colorido, Formato: 16 mm. São Paulo, 1 abr. 2014.